actualmente, bem como a sua influência nas formas diversas de interpretar a identidade nacional. Com efeito, no primeiro caso, atravessava-se um período de hiper-nacionalismo, em final de autarcia, procurando o Estado Novo reforçar posições tradicionais, usando argumentos históricos. Ao invés, em época de pós-adesão à CEE/UE (1986), a atenção dos investigadores volta-se para uma identidade mais ampla, a nível europeu, secundarizando a óptica nacionalista, considerada já algo ultrapassada e pouco funcional. Mas, como também começa a constatar-se, os diversos tipos de identidade – civilizacional (na linha apresentada por S. Huntington), europeia ou de grandes blocos, nacional, regional e local –, longe de se excluírem, são complementares e constituem elementos culturais de enorme relevância.

Antes de concluir, apenas gostaria de chamar a atenção para um certo número de gralhas, a evitar em posterior reedição. Entre (...), indica-se a grafia correcta: polo, p. 7 e 68 (pólo); Póvoa do Varzim, p. 14 e 37 (Póvoa de Varzim); como ele, p. 15 (com ele); palavras indevidamente separadas (p. 17, 25, 40, 43, 73, 90); “patrótica”, p. 38 (“patriótica”); admin-istrativa, p. 62 (admi-nistrativa); houve os autores, p. 68 (houve autores); apesar nem, p. 74 (apesar de nem).

Como é óbvio, o que se acaba de referir não diminui, em nada, o valor do trabalho em epígrafe, cuja leitura será da maior utilidade para todos quantos se interrogam sobre o passado, o presente e o futuro de Portugal, como país independente, desde o século XII. Uma história, tão longa e tão recheada de eventos como a portuguesa, deverá ser considerada como um factor cultural extraordinariamente positivo e até como um valor acrescentado, mesmo em contexto de globalização, mais favorável ao “esquecimento” do que à valorização e ao estudo das especificidades dos diversos povos.

José Amado Mendes

Yves LÉONARD — *Salazarismo e fascismo* (trad. do francês), Mem Martins, Editorial Inquérito, 1998, 200 p.

Dois anos depois da primeira edição francesa, é apresentada em português, pela Editorial Inquérito, uma nova obra de divulgação sobre a história de Portugal nas sete décadas iniciais do século XX. O autor, Prof. Doutor Yves Léonard, é um historiador particularmente ligado ao universo da sociologia e da ciência política. “Maître de Conférences” em História Contemporânea no Institut d’Études Politiques de Paris e Investigador

Associado do Centre d'Histoire de l'Europe du XX.^{ème} Siècle da Fondation Nationale des Sciences Politiques, colaborou com o Prof. Doutor Pierre Milza na organização do Colóquio "O Portugal de Salazar e do Estado Novo" (Paris, Março de 1997).

Tanto o Dr. Mário Soares (no "Prefácio à edição francesa") como Yves Léonard (no "Prólogo à edição portuguesa" e na "Introdução") explicitam a preocupação subjacente, o principal objectivo e o pressuposto fundamental do texto em causa : a necessidade de as sociedades democráticas conhecerem/analisarem e lembrarem/debaterem "o passado" em geral e, em particular, a história recente (de cada país, da Europa e do Mundo); a caracterização e a comparação da ditadura portuguesa com as suas congéneres europeias de direita; a impossibilidade de aplicar ao estudo científico (objectivante) do Estado Novo português os conceitos de "totalitarismo" e "fascismo". Neste ponto estão, aliás, em consonância com a grande maioria dos actuais líderes de opinião e dos estudiosos¹.

Foi o presente trabalho elaborado sobretudo a partir de análises já realizadas por outros investigadores e da consulta de alguma documentação impressa coeva; destacam-se os discursos e entrevistas de António de Oliveira Salazar, material dos serviços de propaganda do Estado Novo, textos epistolares e memorialísticos de apoiantes e opositores ao regime, literatura de tipo ensaístico produzida por admiradores estrangeiros da "ditadura paternalista" portuguesa. Se uma tal opção tem a vantagem de permitir ao autor algum distanciamento e uma visão global perante o seu objecto/as várias correntes interpretativas em presença, implica, também, o risco de um excessivo afastamento no que diz respeito à "realidade", isto é, a segmentos decisivos de documentação de arquivo, impressa, audio-visual, material, oral.

Os aspectos mais interessantes de *Salazarismo e fascismo* talvez resultem, precisamente, das constantes remissões para o debate científico-ideológico que, a nível mundial, rodeia noções teóricas como as de "totalitarismo" e "autoritarismo", "ditadura fascista" e "ditadura conservadora"; dos paralelismos entre a experiência histórica portuguesa e a evolução de regimes de direita — apenas — europeus classificados, quer como mais "radicais e revolucionários" (a Itália fascista de Mussolini, mas, sobretudo, a Alemanha nacional-socialista de Hitler), quer como identicamente "moderados e imobilistas ou tradicionalistas" (a Hungria de Horthy, a Bulgária de Bóris III, a Áustria de Dollfuss, a Roménia de Carlos II, a Polónia de Pilsudsky, a Espanha de Franco, a França de Pétain)².

Destacando o papel de António de Oliveira Salazar e privilegiando essencialmente as regionalidades ideológica e político-institucional, Yves Léonard considerou o período que decorreu entre a última fase da Primeira

Grande Guerra e 1968, altura em que Portugal, membro da Organização das Nações Unidas e da Associação Europeia de Comércio Livre, se encontrava envolvido em conflitos político-militares com os "movimentos de libertação dos povos" das suas colónias (ou "territórios não autónomos") de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau/Cabo Verde. Ou seja, estruturou o seu discurso em três grandes secções temático-cronológicas, abrangendo desde os antecedentes do Estado Novo até à substituição — por doença total e irreversivelmente incapacitante — do fundador e "Chefe" indiscutido do regime ditatorial português: "Primeira Parte — As fontes do salazarismo", "Segunda parte — Autoritarismo, corporativismo e fascismo", "Terceira Parte — Orgulhosamente sós?".

Na Primeira Parte, o Capítulo Primeiro ("A rejeição do liberalismo político") aborda o processo de deslegitimação da Primeira República demoliberal e o fortalecimento das correntes ideológico-políticas que se lhe opunham; lembra as experiências ditatoriais anteriores ao 28 de Maio de 1926 (com destaque para o consulado de Sidónio Pais); especifica as diferenças entre a Ditadura Militar e o Estado Novo, realçando o desempenho central de António de Oliveira Salazar nas fases de transição e consolidação; lembra as similitudes e influências bilaterais entre as realidades portuguesa e espanhola (salientando a ditadura de Primo de Rivera).

Em "Salazar, Portugal e o seu chefe" (Capítulo Segundo) focam-se os elementos estruturantes do pensamento e da acção política do principal construtor dos equilíbrios que tornaram possível a existência do Estado Novo. São referidos o Integralismo Lusitano e a Action Française, embora equilibrados pelo Corporativismo Católico; um nacionalismo sistémico e colonialista, apesar de moderado e não revisionista ou expansionista; um autoritarismo de certa forma intervencionista e modernizante, apesar de impregnado de valores ruralistas conservadores e de uma profunda hortodoxia em matéria financeira. Corrobora-se, ainda, a pretendida aversão do Presidente do Conselho a fenómenos como o "culto da personalidade", a "mobilização política de massas" e a "violência policial" como instrumentos de luta e enquadramento políticos.

Na Segunda Parte, o Capítulo Primeiro ("O Estado Novo: sistema político e institucional") trata, quer da arquitectura do regime nos planos político e económico-social (supremacia efectiva do Chefe do Governo perante o Presidente da República e a Assembleia Nacional/Câmara Corporativa, suspensão das liberdades, monopólio da União Nacional, proibição dos sindicatos livres e corporativização progressiva), quer da política externa respectiva (manutenção da relação preferencial com o Reino Unido, apoio aos "nacionalistas" espanhóis, aproximação cautelosa aos novos estados

totalitários de direita, recusa da confrontação militar como forma de resolução dos problemas "causados por decénios de demo-liberalismo", confiança na possibilidade de afirmação internacional de um bloco de países latino-americanos com "regimes de ordem").

Em "Ao serviço da ordem" (Capítulo Segundo) são considerados os outros mecanismos repressivos e de enquadramento ampliados ou criados de novo pelo Estado Novo com o propósito de assegurar a sua consolidação e reprodução, a manutenção e captação de apoios, a perseguição eficaz dos opositores e a anulação dos potenciais focos de contestação, a preservação do absentismo reverencial de amplas camadas da população do interior rural (tradicionalmente tuteladas pelas elites locais e pela Igreja Católica).

Elencam-se o sistema de "justiça política" (as Forças Armadas, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado/Polícia Internacional de Defesa do Estado, o Tribunal Militar Especial/Tribunais Plenários, as prisões políticas e o Campo de Concentração do Tarrafal, a tortura e o assassinato), a Legião Portuguesa, o Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação e a censura, a reforma do sistema de ensino protagonizada por Carneiro Pacheco, as Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina, a Obra das Mães pela Educação Nacional, a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, o relacionamento com a Igreja e a Acção Católica, as inúmeras modalidades de "controlo informal" (delação generalizada, discriminação no acesso ao e progressão no emprego).

Dá-se, ainda, relevo ao conflito entre as correntes maioritárias do regime e a ala nacional-sindicalista, liderada por Rolão Preto (propriamente "fascista e totalitária"). Reconhece-se, também que, durante a conjuntura da Guerra Civil de Espanha, por razões de ordem externa e por necessidades internas (canalização e paulatina desactivação dos sectores mais radicais e milicianos), a ditadura portuguesa adoptou, embora de forma apenas superficial e instrumental ("cenográfica"), vectores específicos do fascismo e do totalitarismo³.

Na Terceira Parte, o Capítulo Primeiro ("Que neutralidade?") acompanha as nuances da política externa do Estado Novo nas décadas de trinta e quarenta. Considera-se que o facto de a mesma se ter mantido "defensiva e moderada", ter contribuído, de forma decisiva, para a longevidade do regime, é mais um argumento a favor da impossibilidade de aplicação à ditadura portuguesa da classificação de "fascista" ou "totalitária". Uma tal postura ter-se-ia verificado perante a Guerra Civil de Espanha, a Segunda Guerra Mundial e, mesmo, o imediato pós-guerra — apesar do prestígio readquirido pelo demoliberalismo, da condenação das ditaduras de direita, da perda de protagonismo por parte da Europa/respectivos territórios coloniais, da hegemonia dos Estados Unidos da América, do reforço da influência da

União Soviética, da revalorização dos partidos políticos, organizações sindicais, outras estruturas e valores de centro-esquerda em geral.

Em "Singularidade do salazarismo?" (Capítulo Segundo) elencam-se os obstáculos surgidos e as soluções/adaptações realizadas por António de Oliveira Salazar e pelo Estado Novo a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e até ao ciclo das guerras de independência dos principais territórios coloniais. Numa primeira fase, procurou assegurar-se a recomposição da elite dirigente do regime, conter e reprimir a contestação sócio-económica e política (tolerância parcial e temporária perante greves, manifestações, o Movimento de Unidade Democrática e a candidatura do General Norton de Matos; mudanças superficiais em termos de legislação/prática eleitoral, polícia e tribunais políticos, propaganda, etc.).

Posteriormente, tratou de assegurar a superação dos bloqueios herdados da "economia de guerra" (escassez de bens essenciais, inflação, açambarcamento, contestação generalizada aos organismos corporativos, denúncia frequente de uma eventual colaboração com o Eixo, inexistência de planos de desenvolvimento de médio/longo prazo) e uma integração na nova ordem bipolar em termos o mais aproximados possível dos interesses da ditadura (a participação na Organização do Tratado do Atlântico Norte, acompanhada pelas reticências perante a exclusão da Espanha franquista e a inevitabilidade de cedência de bases militares nos Açores; a integração na Organização Europeia de Cooperação Económica e a recusa inicial da ajuda prevista no âmbito do Plano Marshall; a preocupação de salvaguarda das colónias). Numa terceira etapa, tanto garantir a manutenção dos equilíbrios — cada vez mais instáveis — entre desenvolvimentistas/europeístas e ruralistas/colonialistas como anular as efectivas ameaças de rotura protagonizadas, em contextos e com motivações diferentes, quer pelos Generais Craveiro Lopes, Humberto Delgado e Júlio Botelho de Moniz, quer pelas classes médias (profissionais liberais e intelectuais, empregados e funcionários, estudantes), pelo operariado (industrial e rural), por sectores católicos.

Sem quaisquer pretensões de deter "a razão", não gostaria de encerrar esta recensão sem deixar algumas notas de discordância ou alternativa/complemento. Quanto às noções teóricas de "totalitarismo" e "fascismo", não são apenas os defensores da sua utilização alargada que se encontram influenciados por motivações de ordem ideológica, o mesmo sucedendo com os paladinos da versão restritiva. Talvez uma abordagem menos formalista da função daqueles dois conceitos nas ciências sociais em geral e na história em particular permita (exija mesmo) a sua utilização num estudo objectivante do Estado Novo. Para além do mais, são também significativas (ainda mais

pronunciadas) as diferenças entre a ditadura portuguesa e o "tipo ideal" de regime autoritário.

Quase não existem referências ao relacionamento entre o Estado Novo, o patronato português e as suas estruturas associativas/a sua ideologia (nomeadamente, as Associação Industrial Portuguesa e Associação Industrial Portuense); às políticas sócio-económicas e educativo-culturais concretizadas pelo regime; às ligações entre o Estado salazarista, a Igreja/Acção Católica (à Santa Sé e no âmbito nacional) e outros "governos moderados de ordem"/visando a afirmação de um bloco viável de alternativa ao demo-liberalismo e ao socialismo/comunismo.

É aceite com excessiva facilidade o mito de um António de Oliveira Salazar e de um Estado Novo monoliticamente "pré-modernos", conservadores e quase tradicionalistas, paternalistas no plano interno e defensivos em termos de relações externas; hostis às multidões e à propaganda de massas, à necessidade de elaboração e inculcação de uma ideologia sistémica, à modernização tecnológica e económica, à importância da polícia/tribunais/prisões políticos e das Forças Armadas como garantes da "ordem interna" e do controlo sobre as colónias, à indispensabilidade de uma apertada rede de organizações oficiais, oficiosas e particulares que colaborem na reprodução dos equilíbrios que vão sendo alcançados.

Aquando dos momentos de comparação explícita entre regimes ditatoriais de direita (e porquê considerar apenas a Europa no período entre as duas guerras?), torna-se patente uma tendência para subavaliar (branquear?) os níveis de violência e de enquadramento do Estado Novo português e para sobreavaliar os dos seus congéneres. Tal não significa, no entanto, que não devam ser assinaladas as imensas diferenças quantitativas perante o Terceiro Reich nacional-socialista, a União Soviética estalinista ou o Japão imperial-militarista; que não se reconheça a limitada implantação em Portugal, em situação de oposição a um regime demoliberal, de ideologias e de movimentos/partidos "fascistas" em sentido restrito.

Finalmente, no que diz respeito à bibliografia consultada acerca da realidade portuguesa (globalmente exaustiva e actualizada), talvez tivesse sido relevante integrar, também, textos de Manuel de Lucena e Fernando Medeiros (organização corporativa e relações sociais), José Maria Brandão de Brito, Nuno Valério, Fernando Oliveira Baptista e Alfredo Marques (economia e políticas económicas), Valentim Alexandre e Gervase Clarence-Smith (política colonial), António José Telo e Fernanda Rollo (adaptação ao pós-Segunda Guerra Mundial), António Matos Ferreira e Paulo Fontes (a Igreja e a Acção Católica), César Oliveira e Iva Delgado (a Guerra Civil de Espanha), Maria Filomena Mónica e Sérgio Campos Matos (sistema

educativo), Rui Afonso e Patrik Von Zur Mühlen (Segunda Guerra Mundial e anti-semitismo).

NOTAS

¹ "Preocupado em restaurar e enraizar em Portugal um "Estado nacional e autoritário" — na sequência do golpe de Estado militar de 28 de Maio de 1926 —, o próprio Salazar esforçava-se ao máximo nos seus discursos por se demarcar, ao nível dos princípios, da ditadura fascista de Mussolini e do "Estado totalitário", os quais, "subordinando tudo sem excepção à ideia de nação ou de raça", tenderiam para um "cesarismo pagão". Na verdade, o facto de o salazarismo não depender, no sentido estrito do termo, do fenómeno fascista é, de resto, uma constatação relativamente à qual a maioria dos historiadores aparentam estar de acordo" (p. 14/15).

² "O acto de reflectir sobre as relações entre o salazarismo e o fascismo levanta diversas dificuldades e implica, antes do mais, uma tentativa de definição correcta dos factos. Com efeito, em primeiro lugar trata-se de um problema de periodização, ligado à própria longevidade do salazarismo [...]. Nascida na transição dos anos vinte para os anos trinta, a referida ditadura prolonga-se muito para lá da referida "época do fascismo" a que, aparentemente, a Segunda Guerra Mundial vem pôr termo [...].

As últimas dificuldades prendem-se, na grande maioria das vezes, com os problemas de delimitação das fronteiras entre as noções de fascismo e de autoritarismo, geradoras de inúmeras polémicas, durante muito tempo falseadas devido à existência de demasiados factores morais e ideológicos. A noção de fascismo, habitualmente empregue de forma inadequada no decorrer das lutas políticas deste século enquanto anátema para desacreditar o adversário ou enquanto simples sinónimo de ditadura, continua, ainda assim, a ser de difícil definição" (p. 13/14).

³ "Reaccionário, o salazarismo está, pois, menos ligado ao fascismo e mais próximo de uma forma de "autoritarismo burocrático", de acordo com a evolução descrita por Stanley G. Payne. De mudança de rumo em mudança de rumo — de um Estado de direito cristão, em teoria, ao Estado policial —, o salazarismo conseguirá evitar, por pouco, não cair na tentação do perigo totalitário, ainda que, em finais dos anos trinta, ceda com a maior das facilidades à tentação de "retocar à romana" a sua política do espírito" bem como algumas das suas novas instituições, como a Legião ou a Mocidade. Uma vez vencidas as potências do Eixo, e apesar de estar ligada à "atmosfera da época", esta tentação não conseguirá afastar Salazar do seu combate obstinado a favor de uma "ordem" baseada no uso da força e inimiga das liberdades públicas" (p. 105).

João Paulo Avelãs Nunes